



## **Os Arquivos Públicos da Rádio e da Televisão Missão, Memória e Património**

A Comissão de Trabalhadores da RTP está preocupada com o futuro dos arquivos da rádio e da televisão pública. Aqueles que defendem a privatização do serviço público de rádio e televisão como solução para os problemas económicos que o país atravessa esquecem que, entre outras obrigações, se encontram as relacionadas com os arquivos da rádio e da televisão, os quais estão indissociavelmente associados ao serviço público prestado pela Empresa. Em síntese, desconhecem a missão e o património desses arquivos e a sua essencialidade para a preservação da memória histórica de Portugal.

Foi pedida informação detalhada sobre a situação dos arquivos ao administrador responsável pelo pelouro da Subdireção de Arquivos da RTP, SA. No entanto, a Comissão de Trabalhadores não ficou esclarecida com as respostas dadas às dúvidas que apresentou por escrito e reitera a necessidade de reunir-se com carácter de urgência com o Conselho de Administração da RTP,SA sobre este assunto, se possível antes da conclusão da reestruturação da Empresa pedida pelo Governo. Desde logo, porque nos parece pertinente que o Conselho de Administração proceda a uma reflexão profunda sobre as preocupações aqui manifestadas.

O Conselho de Administração está mal informado. Na resposta que deu por escrito à Comissão de Trabalhadores preocupa-nos a ideia de que o Conselho de Administração conheça mal as obrigações de serviço público da Empresa. Já o tínhamos constatado aquando da “suspensão” das emissões da RDP Internacional em onda curta, decisão que não foi precedida de qualquer estudo e também na precipitação que foi a imposição da redução da grelha de emissão às inexpressivas 4 horas diárias ignorando as obrigações com os canais das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. O mesmo parece

acontecer agora com os arquivos da rádio e da televisão, onde as decisões são inconsequentes e muito mal explicadas aos portugueses.

## **Comissão de Trabalhadores questiona Conselho de Administração.**

### **Investimento, organização, conservação e preservação dos Arquivos da Rádio e da Televisão. Relação e compromissos institucionais com o ANIM.**

#### **a) Transição do arquivo histórico para o ANIM**

A Comissão de Trabalhadores entende que os portugueses devem ser informados de que se trata apenas de uma parte do arquivo e não da totalidade do acervo.

#### **b) Quantidade de documentos em filme que continuarão nos arquivos da RTP e política para a preservação dos mesmos.**

A Comissão de Trabalhadores não ficou esclarecida sobre a situação das dez mil horas em filme, que ainda estão por transcrever, e que fazem parte das vinte e cinco mil horas a serem depositadas no ANIM. A RTP, não possuindo qualquer cópia, como procederá para aceder a estas imagens? Eis uma dúvida fundamental que não está esclarecida.

#### **c) Destino dos suportes em 16 mm (produção estrangeira / sem direitos de exibição), que estão em arquivo.**

A Comissão de Trabalhadores entende que se devia contactar potenciais interessados nestes documentos antes de se decidir a sua destruição pura e simples.

#### **d) Política de preservação de suportes obsoletos analógicos(vídeo)**

Uma política de arquivo e conservação não pode equacionar nunca a destruição dos documentos originais argumentando a falta de tecnologia para a leitura desses mesmos documentos. Contudo, esta decisão é equacionada na reposta por escrito à Comissão de Trabalhadores prestada pela então responsável pelo pelouro do arquivo, Dra. Carla Chousal:

“Os suportes originais de vídeo obsoleto, após a recuperação e digitalização do seu conteúdo, deverão ser mantidos em arquivo por razões de segurança apenas enquanto existir capacidade técnica para a leitura do seu conteúdo.” e “Quando deixar de existir capacidade técnica para a leitura de um formato vídeo obsoleto, será selecionado um conjunto muito limitado de suportes/conteúdos relevantes para a preservação da história da produção televisiva em Portugal, a salvaguarda no âmbito museológico. Os restantes suportes deverão ser destruídos.”

A decisão de destruir suportes originais colide com as mais elementares regras de conservação e preservação. Em relação à não existência de capacidade técnica de leitura a RTP, SA tem obrigação legal e moral de garantir a leitura dos seus documentos.

#### **e) Política de preservação e salvaguarda do Arquivo Fotográfico da RTP,SA**

Quanto ao nosso arquivo fotográfico, o Conselho de Administração reconhece que não se encontra nas melhores condições de depósito e de acesso, pretendendo ultrapassar esta situação. A Comissão de Trabalhadores entende que o espólio do arquivo fotográfico tem características históricas e documentais específicas que permitem que o mesmo seja integrado no acervo do Museu da Rádio e Televisão. Só depois de afastada

esta possibilidade se devia equacionar a procura de um parceiro, uma entidade pública de referência na área da fotografia, que garanta a sua correcta recuperação, preservação e acesso, salvaguardando sempre os interesses da RTP como proprietária do acervo.

## **Projeto DCM/DAM**

### **a) Nível de fiabilidade e segurança da preservação dos conteúdos em Arquivo Digital/DAM**

O Conselho de Administração reconhece que “a utilização intensiva no desarquivamento de conteúdos do Arquivo Digital (PetaSite) para a emissão e produção de notícias tem introduzido um desgaste não previsto nem pelo fabricante [...] nos suportes utilizados.” No limite, o arquivo tem perdido alguns documentos sem haver possibilidade de recuperá-los. O espaço de arquivamento on-line era insuficiente. Para minorar estes problemas, foi aumentada a capacidade de armazenamento de conteúdos on-line, em cerca de 200% - 20 TB para 60 TB. Com este aumento de capacidade é possível uma optimização do processo de desarquivamento parcial de conteúdos, minimizando o acesso repetitivo ao PetaSite para os mesmos conteúdos.

A Comissão de Trabalhadores insiste na necessidade em se investir no âmbito do Modelo Operativo Digital - MOD na aquisição de servidores para os Açores e Madeira que possibilitariam a movimentação de conteúdos entre as ilhas e o continente sem ser necessário recorrer ao transporte aéreo, como ainda hoje acontece. Tais despesas, ao deixarem de ser necessárias, minimizariam os custos do investimento.

Paralelamente, a Comissão de Trabalhadores considera urgente que se encontre um espaço alternativo onde possa ser instalado equipamento com cópias de todos os documentos armazenados que permitam a segurança de todos os conteúdos arquivados. Sendo insuficiente a proposta feita ao Conselho de Administração da “implementação de uma ferramenta [...] que permite o diagnóstico precoce do estado das drives e das fitas LTO, permitindo atuar sobre as drives ou fitas LTO antes que ocorra degradação que leve à perda de conteúdos” - como hoje acontece. Por outras palavras, a Comissão de Trabalhadores está seriamente preocupada com a salvaguarda dos conteúdos dos arquivos, e questiona, com inteira legitimidade, a sua segurança.

### **Comissão de Trabalhadores quer acreditar que “Grupo de Trabalho” vai avaliar com isenção e independência todas as valências do Serviço Público de Rádio e Televisão.**

O Governo decidiu criar um “grupo de trabalho” para estudar o serviço público de rádio e televisão, a propósito da intenção, expressa no programa do Governo, em privatizar um dos canais da televisão pública e a Agência de Notícias de Portugal, SA (Lusa), intenção que a Comissão de Trabalhadores já considerou tratar-se de um erro de enormes proporções e de consequências imprevisíveis.

Apesar da constituição de um grupo de trabalho, o Ministro Miguel Relvas, que tutela a comunicação social do Estado, foi adiantando: (1) qual dos canais gostaria de alienar, ignorando que o canal 1 e 2 são complementares; (2) que é sua intenção acabar com as emissões da RDP Internacional em ondas curtas, apesar de serem muitos os países que ainda emitem em onda curta e em português; (3) que a empresa deve denunciar o

contrato com a Euronews, sem mais; (4) que a RTPN, agora RTP Informação, já não é para acabar, como chegou a ser defendido, mas sim fundamental para o cumprimento das obrigações de serviço público; (5) que a actual RTP Internacional, “bolorenta e saudosista”, tem que dar lugar à “TV Portugal” que vai projetar uma imagem moderna de Portugal no mundo; (6) que a RTP África é para continuar; (7) que a Antena 3 da RDP é pouca ouvida e por isso tem de ser equacionada a sua privatização e ponderada a continuidade das Antenas 1 e 2; (8) está contra as obrigações com as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, consentindo a redução da grelha de emissão às inexpressivas 4 horas diárias ignorando as obrigações com essas regiões. Enfim, com tantas intenções, certezas e juízos, para que é que precisa a RTP,SA de uma administração? E para que vai servir o “grupo de trabalho” - mesmo que trabalhando a custo zero?

Contudo, o grupo de trabalho está aí, e a Comissão de Trabalhadores quer acreditar que o mesmo vai avaliar com isenção e independência todas as valências de serviço público que prestam os operadores públicos de rádio e televisão e a agência nacional de notícias (Lusa). No que diz respeito à rádio e televisão pública, realidade que conhecemos melhor, o grupo de trabalho precisa saber que as obrigações de serviço público não se limitam à gestão dos conteúdos de informação e programas na rádio e televisão públicas. Uma das muitas responsabilidades do serviço público é, de facto, o património dos seus arquivos e a salvaguarda da nossa memória colectiva é a sua missão. Não concordamos com aqueles que afirmam que televisão são apenas conteúdos.

Neste contexto, compete ao “grupo de trabalho” liderado pelo economista Prof. João Duque (o qual, ao que se sabe, não tem qualquer conhecimento específico ou experiência neste domínio), estudar e pronunciar-se, espera-se que seriamente, sobre o futuro dos arquivos da rádio e da televisão como património da RTP,SA e parte integrante da memória colectiva dos portugueses. Não podem desconsiderar a obrigação em preservar o arquivo da RTP, SA que o serviço público de rádio e televisão tem garantido, observando todos os requisitos necessários para esse fim. Providenciando a sustentabilidade económica para a sua preservação. Garantindo o acesso e utilização ao património histórico de produção audiovisual da rádio e da televisão públicas a todos que a ele queiram recorrer. E, mais importante ainda, acautelando o registo e preservação da nossa história presente para memória futura. O grupo de trabalho necessita, pois, de conhecer ao pormenor os arquivos da rádio e da televisão pública e as suas obrigações.

Os arquivos audiovisuais carecem de actualização permanente dos suportes técnicos onde são registados os documentos, ou seja, a transcrição inevitável para suportes mais recentes, para poderem ser vistos e utilizados com as tecnologias correntes. Foi assim com o filme de 35 mm e o formato para TV de 16 mm; foi assim com os suportes vídeo analógicos (BCN e U-matic); foi assim, posteriormente, com os suportes analógicos (Betacam SP); e com os novos suportes digitais (Betacam Digital e Betacam SX) até aos suportes em alta definição (HD). É, assim, hoje em dia, com a capacidade de armazenamento em arquivo digital das transcrições armazenadas em ficheiros com a possibilidade de serem transportadas e utilizadas através de servidores. Isto obriga a constantes e avultados investimentos nas novas tecnologias para que a empresa cumpra as suas mais elementares obrigações de serviço público.

## **Estado compra parte do arquivo da RTP para dar cobertura a engenharia financeira de contornos pouco claros.**

Discutiu-se durante muitos anos o valor do arquivo da RTP. Quanto ofereceriam por ele? Qual era o seu peso financeiro no património da Empresa? Como se fosse possível estimar o valor deste tipo de património! Chegou-se a um número que era o aproximado do das necessidades financeiras então da Empresa. Estaria entre os cento e dez e os cento e cinquenta milhões de euros. Mais coisa menos coisa... Mas o número definitivo, cento e cinquenta milhões de euros, não corresponde à totalidade do arquivo e isso não foi explicado aos portugueses.

Para se inteirar da situação, a Comissão de Trabalhadores reuniu-se com a Dra. Maria João Seixas, Directora da Cinemateca Português. Na reunião esteve presente o Subdirector, Eng. José Manuel Costa, responsável pelo ANIM, que nos confirmou o conteúdo do protocolo entre a RTP,SA e a Cinemateca Portuguesa e das razões do atraso na concretização do estabelecido entre as duas empresas no que diz respeito à transferência de parte do arquivo histórico da RTP,SA para as instalações no ANIM. O atraso resulta da interrupção do financiamento europeu através do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para aquisição de mobiliário (estantes) para poderem receber e acondicionar os documentos filmicos. Era importante encontrar uma solução para ultrapassar este impasse que arrasta a permanência do património audiovisual dos arquivos da RTP,SA em condições deficitárias nos depósitos do Prior Velho.

O arquivo da RTP, SA não se esgota no património das 25.000 mil horas de película filme que será acolhido pela Cinemateca Portuguesa nos depósitos construídos para o efeito no ANIM. Ao arquivo em filme deve adicionar-se o arquivo em múltiplos formatos de vídeo que não se encontra totalmente tratado. No protocolo entre a RTP e a Tobis, em 2004, para a transcrição dos suportes em filme, estimava-se o acervo do arquivo da RTP em cerca de um milhão de documentos audiovisuais, dos quais trezentos e dez mil em filme. Deve ainda considerar-se as novas possibilidades tecnológicas, como sejam os armazenamentos de conteúdos documentais em ficheiros digitais ou mais concretamente a implementação do conceito tapeless, (o arquivamento sem qualquer fita, fontes de vídeo e áudio e que pode ser introduzida, copiada, gravada editada ou excluída em sistemas digitais).

A operação que consistiu na “venda” / “compra” de uma parte do arquivo histórico da RTP,SA por montante já estipulado de cerca de 150 milhões de euros, não passa de uma operação de engenharia financeira de contornos poucos esclarecidos que levantam inúmeras interrogações. O protocolo entre a RTP e a Cinemateca Portuguesa, que estabelece a transferência de uma parte do arquivo histórico da televisão pública para o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), de forma a garantir a segurança e conservação de património de reconhecida importância histórica, não vai resultar numa diminuição de custos para o Estado. Pelo contrário, o ANIM ficará com despesas acrescidas e com a responsabilidade em preservar o espólio adquirido pelo Estado à RTP,SA a partir do momento que lhe seja confiado. A RTP,SA reduz alguma despesa atribuída à conservação e preservação de parte do seu arquivo que é transferido para o ANIM (poupa na energia não utilizada e ao prescindir de parte do espaço que ocupa no Prior Velho). Mas esta economia é absolutamente residual se tivermos

presente a necessidade considerável de novos investimentos no arquivo para se cumprir as obrigações do contrato de concessão do serviço público.

O espólio que faz parte desta transferência consiste em vinte e cinco mil horas de arquivo histórico em filme. O protocolo esclarece que o depósito dos suportes fílmicos no ANIM será feito à medida que o processo de migração digital seja concretizado. A RTP, para além de ficar com uma cópia em formato digital dos conteúdos depositados, poderá sempre aceder directamente aos suportes originais, uma vez que mantém a titularidade deste acervo. Contudo, destas vinte e cinco mil horas de filme a ser transferido para o ANIM, apenas estão transcritas quinze mil. Isto é, não havendo de momento possibilidades económicas para transcrever as restantes dez mil horas em filme, este deve mesmo assim transitar para o ANIM? A Comissão de Trabalhadores pensa que sim. Porque as condições aí criadas são as mais adequadas e evitava-se o risco de deterioração, devido ao ácido acético (síndrome do vinagre) que ameaça destruir os originais. Fica por resolver a situação das 10 mil horas que ainda não foram transcritas e às quais, sem deter uma cópia, a RTP,SA ficará com o acesso dificultado. Esta operação não retira à RTP,SA a obrigação em continuar a cumprir com o serviço público que consiste em servir todas as entidades e cidadãos que requisitem imagens de arquivo. O protocolo assinado entre as duas entidades apenas considera o depósito destes documentos e não o seu tratamento, transcrição e fornecimento com vista a satisfazer todas as solicitações.

Fomos ainda informados de que numa primeira fase foi equacionada a instalação de comunicação por cabo de fibra óptica, entre os arquivos da RTP,SA e o ANIM, que tornasse possível, em tempo real, o acesso às imagens de arquivos por parte da RTP, mas esta ideia acabaria por ser abandonada por razões que desconhecemos. De facto, a ideia só faria sentido se existissem cópias digitais no ANIM, o que parece não vir a ser o caso.

O arquivo da RTP,SA contempla ainda no seu acervo outros espólios de valor, que nos foram entregues e que ainda não se encontram transcritos, como por exemplo: o arquivo de Macau, o arquivo da RTC (rádio televisão comercial) ou o arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, apesar de nos ter sido confiada a sua guarda, tratamento e preservação, alguns nem estão catalogados ou indexados.

O arquivo da RDP com um acervo que começa na antiga Emissora Nacional e vem até aos nossos dias, encontra-se agora, também ele, debaixo da estrutura da Sub-direção de Arquivos, na Direção de Emissão e Arquivos, sujeito a uma orçamentação cada vez mais alargada, e pior ainda, que lhe reduz a margem de investimento necessário e legítimo à luz dos compromissos de serviço público. Porque, insistimos, podemos poupar na despesa sem desinvestir no serviço público. E os arquivos são estruturas que precisam continuamente de investimento. Pensar de outra maneira é pensar contra o património que está subjacente aos arquivos da RTP,SA.

### **“As notícias sobre a minha morte são manifestamente exageradas”**

Um dia um grande jornal antecipou por engano que Mark Twain havia morrido. O escritor americano comentou com esta frase a informação: "Parece-me que as notícias sobre a minha morte são manifestamente exageradas".

Vem isto a propósito do desaparecimento dos suportes em vídeo para registo de informação e de programas. “A cadeia de produção de Informação e a área de Emissão já operam no conceito tapless. Na área de Produção tem vindo a ser progressivamente introduzido o conceito em processos como a legendagem e nas gravações de Estúdio em servidor. A introdução de câmaras de reportagem para Informação e para Produção (processo de aquisição em curso), baseadas única e exclusivamente em cartão de memória, contribuirão de forma definitiva para a anulação das cassetes na cadeia interna de produção de conteúdos própria.” (Projeto Tapeless).

Até ao momento e apesar de um ou outro arauto vaticinar o seu fim, o registo da realidade e da ficção continua a chegar-nos em cassetes cada vez mais sofisticadas, cada vez mais dispendiosas como acontece com a alta definição (HD), - cujos suportes quintuplicam os custos, ou seja uma cassette digital de 120 minutos custa cerca de 20 euros, no formato HD ronda os 100 euros.

Apesar das veementes indicações da tutela para que a Empresa reduza as despesas, tal não pode ser feito em detrimento das obrigações acordadas no contrato de Concessão do Serviço Público. No entanto, é possível e desejável uma maior disciplina nos gastos. A título de exemplo: na aquisição de material e equipamento, sobretudo se limitarmos as aquisições apenas à seleção de uma qualidade. Contrariando o que acontece hoje, quando a direção de programas trabalha com uma qualidade de cassetes (Betacam Digital SX), a direção de informação trabalha com outra (Betacam Digital), e as delegações com um outro tipo de formato (DVCam). O fim desta situação cuja explicação técnica não justifica, significaria uma economia substancial que podia reverter para investimento na Subdireção de Arquivos.

Como se pode concluir, a obtenção e conservação em arquivo deste tipo de suportes obriga a investimentos de tal ordem que com dificuldade podem ser assumidos pelos operadores privados na plenitude que obriga os arquivos do operador público de rádio e televisão. Na televisão pública a liberdade para apagamento e reciclagem de suportes é infinitamente menor, e isso tem custos.

Para se ter uma ideia das dificuldades em trabalhar com novas tecnologias ou adquirir novos equipamentos, os arquivos da RTP, SA não possuem meios próprios para ler formatos em HD ou DVCam formato utilizado em todas as delegações na captação de imagens, porque a empresa ao invés de poupar onde devia opta por poupar nas obrigações de serviço público, o que é inaceitável.

Quem pretende convencer o Conselho de Administração do fim dos suportes digitais devia informá-lo melhor sobre essa realidade, das consequências dessa decisão, das vantagens e dos custos. É verdade que a Empresa pode optar no futuro pela salvaguarda da sua memória histórica nos modernos sistemas digitais (tapelesse), como a RTP, SA já começou a fazer com uma parte do seu arquivo, mesmo assim, teria que haver uma reflexão séria e competente sobre esta decisão, o que ainda não aconteceu.

É urgente haver uma política séria que defenda a preservação e conservação do nosso património audiovisual. Em primeiro lugar, seria fundamental que o arquivo fosse dotado de autonomia hierárquica e financeira. Que houvesse vontade política em encontrar uma personalidade qualificada e de reconhecido mérito, que aceitasse estar à frente de um projeto que considerasse um arquivo nacional de imagem, que não se restringisse apenas aos suportes filmicos. Em segundo lugar, dotá-lo de capacidade

tecnológica e humana com que pudesse responder às suas obrigações em toda a plenitude. Por último, ter a ambição em criar legislação que prevenisse a salvaguarda em depósito da produção dos operadores públicos e privados do panorama audiovisual português.

## **Prequela**

### **“Memória de elefante”, incúria e desconsideração.**

No início dos anos oitenta Clara Alvarez adaptava o Thesaurus da RAI (Rádio Televisão Italiana), como futura ferramenta do arquivo audiovisual da televisão pública portuguesa, até então trabalhava-se apenas com os livros de registo (inventariação) e a súmula de uma catalogação muito incipiente em fichas de registo.

Quando em 1987, o jornalista Fialho de Oliveira, logo seguido pelo cineasta Alfredo Tropa, se ocuparam dos arquivos da televisão pública, aquilo era um pardieiro que espelhava quase 30 anos de incúria e desconsideração pelo património que era a nossa memória recente. A maioria dos documentos nem acondicionados estavam. Não eram classificados, indexados, nem tratados. Um documento podia ser constituído por vários suportes negativo, positivo e klang (registos magnéticos de som em separado), que frequentemente não se encontravam juntos.

Muitos ficaram irremediavelmente perdidos. Ainda hoje lamentamos a quantidade de documentos que foram registados com som que se perdeu para nunca mais reaparecer. “Memória de elefante” contraria a faculdade dos homens em conservar e reproduzir ideias ou noções adquiridas. Infelizmente, não se reconhece ainda a dimensão patrimonial do arquivo audiovisual da RTP,SA de tal forma que até hoje nunca foi delineado um plano nacional para salvaguarda do nosso património audiovisual, que tem no arquivo da RTP uma importância e dimensão incomparáveis com outros arquivos nacionais e internacionais. A descolonização tardia, que só acontece nos anos 70, deu ao arquivo 20 anos de presença colonial europeia em África que não encontramos em nenhum outro arquivo no mundo. Um conjunto insubstituível de documentos de imagem e som que são memória histórica de Portugal e dos portugueses.

Muito se fez, mas não está tudo feito. Acondicionaram-se os documentos, Catalogou-se, indexou-se e trataram-se muitos documentos. Iniciou-se a recuperação do arquivo audiovisual e foram transcritos para novos suportes muitos milhares de documentos de som e imagem. Copiaram-se documentos em telerecording que eram os originais dos directos. Fizeram-se muitas contratipos que eram as cópias positivas dos originais sem negativo. Deu-se início ao processo de transcrição do arquivo vídeo mais antigo (BCN de 1 e 2 polegadas e U-matic, (cassetes de gravação analógica) para novo suporte as Betacame SP (Superior Performance) também analógicas. Posteriormente, fruto da evolução do mercado que entraria na era digital iniciou-se a transcrição do arquivo analógico para suportes mais recentes. Mas ainda hoje, se transcrevem na TOBIS documentos em filme de 16 mm para suporte em vídeo digital. Ainda se transcrevem nas instalações do Prior Velho documentos em BCN para suportes digitais. Ainda está por transcrever muito do arquivo analógico em (Betacam SP) para digital (Betacam XD). Iniciaram-se programas de restauro.



Neste contexto, podemos perceber que o serviço público, que são o arquivo da rádio e o da televisão, para ser cumprido e assegurada a preservação do espólio que lhe está confiada, tenham custos significativos que são posteriormente imputadas cegamente como despesas da RTP,SA sem qualquer explicação. O estado através da RTP,SA é o fiel depositário da nossa memória colectiva e os governos devem assegurar políticas próprias para sustentar esses propósitos incontornáveis de preservação da nossa memória. Este é um entre muitos motivos pelos quais os arquivos audiovisuais do serviço público de rádio e televisão deviam ter uma direcção com objetivos próprios independentes e debaixo de uma hierarquia sensibilizada para estas questões.

A Secretaria de Estado da Cultura deve pronunciar-se sobre este e outros assuntos, que fazem parte das obrigações de serviço público, como sejam: (a) o Museu da Rádio e da Televisão e preservação dos seus acervos; (b) a preservação do património da historia da indústria das telecomunicações em Portugal que faz parte do património da RTP,SA; (c) o apoio ao cinema e ao audiovisual, que vai mais além do que a legislação em vigor. É também importante que o Secretário de Estado da Cultura, Dr. Francisco José Viegas, se inteire da verdadeira situação dos arquivos da rádio e da televisão públicas e do protocolo entre as duas instituições RTP,SA e Cinemateca Portuguesa que contempla o depósito nas instalações do ANIM de parte do arquivo histórico da RTP, SA comprado pelo Estado. A Comissão de Trabalhadores da RTP está disponível para colaborar no que lhe for solicitado e solicitou uma reunião para esse efeito com o Secretário de Estado da Cultura, Dr. Francisco José Viegas.

A Comissão de Trabalhadores, numa atitude que visa alertar todas as instâncias políticas para as responsabilidades da empresa no cumprimento das obrigações de serviço público de rádio e televisão, vai informar a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, pedindo audiência para dar conta: (1) da questão da salvaguarda dos arquivos da rádio e da televisão públicas; (2) o Museu da Rádio e da Televisão e a garantia do seu acervo como património de interesse público e ainda (3) sobre o papel da televisão pública no apoio ao cinema e à produção audiovisual, que, no entender da Comissão de Trabalhadores, tem de ter mais obrigações que os operadores privados no apoio ao cinema e ao audiovisual, o que neste momento não acontece.

Pela defesa incondicional da difusão da cultura e da língua portuguesa, subjacentes às obrigações de serviço público da rádio e da televisão pública, através dos seus arquivos; do Museu da Rádio e da Televisão; do seu património industrial de telecomunicações e no apoio ao cinema e à produção audiovisual, este comunicado foi enviado ao Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho; ao Ministro que tutela a RTP,SA, Dr. Miguel Relvas; ao Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas; assim como aos Secretários de Estado deste ministério, por entendermos terem obrigações maiores para com as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Brites Pereira; e Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. José Cesário. E também, naturalmente, ao Secretário de Estado da Cultura, Dr. Francisco José Viegas.

Dirigimo-nos aos grupos parlamentares de todos os partidos representados na Assembleia da República. Apelamos, também, ao deputado Dr. José Ribeiro e Castro, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, assim como individualmente a

cada um dos outros deputados que fazem parte desta comissão para que se pronunciem sobre a salvaguarda dos arquivos da rádio e da televisão públicas, do Museu da Rádio e da Televisão, assim como do património industrial representativo das telecomunicações em Portugal e ainda sobre o apoio da RTP,SA ao cinema e à produção audiovisual.

Pela defesa incondicional da difusão da cultura e da língua portuguesa, subjacente às obrigações de serviço nacional da rádio e da televisão públicas.

Lisboa 12 de Setembro de 2011

Comissão de Trabalhadores.